

**HABEAS CORPUS Nº 548.479 - SP (2019/0356481-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : AMANDA RUIZ BABADOPULOS - SP250802**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ELISANGELA DE CASTRO**  
**PACIENTE : REGINALDO BARBOSA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

A paciente alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

Consta dos autos que a paciente foi denunciada como incurso no art. 155, § 4º, IV, do CP.

A defesa pleiteia, por meio deste *writ*, seja reconhecida a atipicidade material da conduta perpetrada pela ré e, por conseguinte, seja determinado o trancamento do processo, em razão do princípio da insignificância.

**O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

O Tribunal de origem, ao determinar o recebimento da denúncia oferecida em desfavor da ré, salientou que (fl. 28):

ELISANGELA já foi condenada [1] por roubos em concurso formal, praticados com o emprego de arma e em concurso de agentes (ação penal n.º 63/1991 pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão), [2] por porte de entorpecentes para uso próprio (ação penal n.º 3106/2002 pena de 7 meses de prestação de serviços à comunidade), [3] por furto (ação penal n.º 0014227-64.2008.8.26.0050 pena de 1 ano e 2 meses de reclusão) e [4] por furto qualificado por concurso de agentes (ação penal n.º 0100367-72.2006.8.26.0050 pena de 1 ano e 4 meses de reclusão).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, a Terceira Seção deste Superior Tribunal, por ocasião do julgamento dos **EAREsp n. 221.999/RS** (DJe 10/12/2015), de relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, firmou o entendimento de que "a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".

Portanto, a **contumácia delitiva** da paciente afasta, ao menos por ora, a aventada atipicidade material da conduta por ele perpetrada.

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispensei a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator